

Acordo quadro de fornecimento de combustíveis rodoviários

PROGRAMA DE CONCURSO

ANCP - 2012

Índice

Artigo 1.º Tipo de procedimento, designação e objeto	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças	4
Artigo 5.º Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento	5
Artigo 6.º Erros e omissões do caderno de encargos	5
Artigo 7.º Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 8.º Proposta de preço	6
Artigo 9.º Apresentação de propostas variantes	6
Artigo 10.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas	6
Artigo 11.º Assinatura eletrónica	6
Artigo 12.º Prazo para a apresentação das propostas	7
Artigo 13.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	7
Artigo 14.º Critério de adjudicação	7
Artigo 15.º Leilão eletrónico	8
Artigo 16.º Documentos de habilitação	8
Artigo 17.º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário	9
Artigo 18.º Despesas inerentes à celebração do contrato	9
Artigo 19.º Apoio técnico referente à plataforma eletrónica	9
Artigo 20.º Contagem dos prazos na fase de formação do acordo quadro	10

Artigo 1.º

Tipo de procedimento, designação e objeto

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo designado por "Acordo quadro de fornecimento de combustíveis rodoviários".
2. O presente procedimento tem como objeto a seleção de cocontratantes para o fornecimento de combustíveis rodoviários, gasolinas, gasóleos e gás de petróleo liquefeito (GPL) em postos de abastecimento públicos e a granel, para Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e respetivos serviços opcionais associados: pagamento de portagens (com ou sem associação à Via Verde) e de estacionamento.
3. O procedimento referido no número anterior compreende os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 Agregado – Fornecimento de combustíveis rodoviários em postos públicos para Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
 - b) Lote 2 – Fornecimento de combustíveis rodoviários em postos públicos para Portugal Continental;
 - c) Lote 3 – Fornecimento de combustíveis rodoviários em postos públicos para a Região Autónoma dos Açores;
 - d) Lote 4 – Fornecimento de combustíveis rodoviários em postos públicos para a Região Autónoma da Madeira;
 - e) Lote 5 Agregado – Fornecimento de combustíveis rodoviários a granel para Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
 - f) Lote 6 – Fornecimento de combustíveis rodoviários a granel para Portugal Continental;
 - g) Lote 7 – Fornecimento de combustíveis rodoviários a granel para a Região Autónoma dos Açores;
 - h) Lote 8 – Fornecimento de combustíveis rodoviários a granel para a Região Autónoma da Madeira.
4. Por forma a poderem responder ao presente procedimento, os concorrentes deverão possuir uma cobertura geográfica, no mínimo 4 (quatro) postos de abastecimento públicos em cada distrito de Portugal Continental e 2 (dois) postos de abastecimento em cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

5. O acordo quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os cocontratantes e a ANCP, Unidades Ministeriais de Compras (UMC), entidades compradoras vinculadas e voluntárias, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a ANCP, sita na Rua Laura Alves, n.º 4 – 11.º, 1050-138 Lisboa, com os números de telefone 217 944 200 e telefax 217 944 242 e com o endereço eletrónico concursos@ancp.gov.pt, na qualidade de entidade gestora do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), ao qual se encontram vinculados os serviços da administração direta do Estado e os institutos públicos, sendo voluntária a adesão das entidades da administração autónoma e do sector empresarial público, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da ANCP, por deliberação de 29 de dezembro de 2011.

Artigo 4.º

Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível em <http://ancpconcursos.ancp.gov.pt>, no separador "Registar empresa", ficando registada a identificação, o nome de contato e o endereço eletrónico das entidades que se tenham inscrito.
2. O acesso ao procedimento será facultado às entidades que manifestem o interesse no mesmo, através da funcionalidade "Registo de Interessado".
3. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
4. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma eletrónica, devendo as mesmas proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do presente artigo.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma, na funcionalidade "Criar Mensagem", selecionando "Esclarecimento" como tipo de mensagem, até ao dia 20 de janeiro de 2012.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao dia 5 de fevereiro de 2012 e notificados a todos os interessados que se inscrevam no concurso nos termos do artigo anterior, sendo disponibilizados na plataforma no separador "Mensagens".
3. O júri do concurso pode proceder à retificação das peças do concurso até ao dia referido no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões do caderno de encargos

Até ao dia 13 de fevereiro de 2012, os interessados podem apresentar diretamente na plataforma uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do artigo 61.º do CCP.

Artigo 7.º

Documentos que constituem a proposta

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso, que deve ser enviada em ficheiro com a designação "AnexoI_[designação _empresa].pdf";
 - b) Proposta de preço elaborada utilizando o formulário do Anexo II ao presente programa de concurso, que deve ser enviada em ficheiro no formato Excel, com a designação "AnexoII_[designação_empresa].xls";
 - c) Para a aferição da cobertura geográfica referida no n.º 4 do artigo 1.º, a proposta deve ser acompanhada de declaração na qual o concorrente identifique a sua rede de postos de abastecimento

- públicos e garanta que esta se encontra licenciada pela respetiva autoridade competente e de acordo com a legislação em vigor;
- d) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 do artigo 11.º.
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.

Artigo 8.º

Proposta de preço

1. Os descontos unitários (por litro de combustível) para o Estado devem ser apresentados de acordo com o modelo constante do Anexo II do programa de concurso, tendo em conta o disposto no número seguinte.
2. Os descontos unitários (por litro de combustível) para o Estado a estabelecer no acordo quadro correspondem ao desconto mínimo que pode ser praticado pelos cocontratantes, devendo as entidades adquirentes procurar obter condições mais vantajosas junto dos mesmos.
3. Deverão apresentar uma comissão de serviço, não superior a 3%, para os serviços opcionais associados constantes no n.º 2 do artigo 1º.

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 100 dias.

Artigo 11.º

Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de

representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Artigo 12.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até ao dia 21 de fevereiro de 2012, na plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à *Internet* de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 13.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º

Critério de adjudicação

1. Serão adjudicadas, por lote, as 3 melhores propostas de desconto unitário por litro de combustíveis rodoviários.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas com melhor desconto unitário, por lote, serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$75\% \times P_{\text{Gasóleo}} + 20\% \times P_{\text{Gasolina}} + 5\% \times P_{\text{GPL}},$$

Onde:

P_{Gasóleo} é o desconto proposto por litro para gasóleo, por lote;

P_{Gasolina} é o desconto proposto por litro para gasolina, por lote;

P_{GPL} é o desconto proposto por litro para GPL, por lote.

Artigo 15.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 16.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente programa de concurso;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em

nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis caso sejam detetadas irregularidades no processo de habilitação.
3. No caso de agrupamentos adjudicatários devem ser entregues os documentos de habilitação referidos no n.º 1 por todos os membros do agrupamento.
4. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

Artigo 17.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do acordo quadro, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária nos termos constantes do Caderno de Encargos do presente concurso.

Artigo 18.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 19.º

Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

1. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contatos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico <http://ancpconcursos.ancp.gov.pt>.
2. Os interessados podem, gratuitamente, ter acesso a ações de formação de utilização da plataforma, a decorrer em calendário e local a disponibilizar no endereço eletrónico referido no número anterior e no qual deverão inscrever-se previamente.

3. Encontra-se disponível, no endereço eletrónico referido no n.º 1, um manual de utilização da plataforma destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

Artigo 20.º

Contagem dos prazos na fase de formação do acordo quadro

1. À contagem de prazos na fase de formação do acordo quadro é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Anexos

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

Anexo II – Proposta de preço.

Anexo III – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.